

Copenhagen, 15 de dezembro de 2009

Excelentíssimo Senhor
José Serra
Governador do Estado de São Paulo
Brasil

Ref.: ATN/OC-11801-BR. Cooperação Técnica Não-Reembolsável. Programa Eficiência Energética no Estado de São Paulo.

Senhor Governador,

Esta carta-convênio (doravante denominada “Convênio”), entre a Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (SSE) (doravante denominada “Beneficiário”) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (doravante denominado “Banco”), que submetemos à sua consideração, destina-se a formalizar os termos e as condições para a concessão de uma cooperação técnica não-reembolsável ao Beneficiário até o montante de US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América), ou seu equivalente em outras moedas conversíveis (doravante denominada “Contribuição”), que será desembolsado a débito dos recursos do Fundo para o Programa Especial do Banco sobre Energia Sustentável e Mudanças Climáticas (doravante denominado “Fundo SECCI BID”), para financiar a seleção e contratação de serviços de consultoria e a aquisição de bens e contratação de serviços necessários para a realização de um programa de cooperação técnica para identificar e desenvolver ações para promover a introdução de medidas e sistemas de eficiência energética e gestão de demanda de energia no Estado de São Paulo (doravante denominado “Programa”), descrito no Anexo Único deste Convênio. Salvo disposição em contrário neste Convênio, doravante o termo “dólar” significa a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.

Este Convênio é celebrado em virtude do Documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento que estabelece o Fundo SECCI BID e que foi aprovado pela Diretoria Executiva do Banco mediante as Resoluções DE-82/07, DE-83/07 e DE-84/07 de 8 de agosto de 2007.

O Banco e o Beneficiário convêm no seguinte:

Primeiro. **Partes integrantes do Convênio.** Este Convênio é integrado por esta primeira parte, denominada “Disposições Especiais”; pela segunda parte, denominada “Normas Gerais”; e pelo Anexo Único, aqui incorporados. No Artigo 1 das Normas Gerais define-se a hierarquia entre as partes e o Anexo acima referidos.

Segundo. **Órgão Executor.** (a) A execução do Programa e a utilização dos recursos da Contribuição do Banco caberão ao Órgão Executor deste Programa, Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (doravante denominado “Órgão Executor” ou “EMAE”), cuja capacidade legal

e financeira para atuar como tal é atestada pelo Beneficiário. O Beneficiário compromete-se a repassar ao Órgão Executor os recursos da Contribuição e a garantir que o Órgão Executor cumpra todas as obrigações decorrentes deste Convênio.

Terceiro. Condições prévias ao primeiro desembolso. Além das condições prévias estipuladas no Artigo 2 das Normas Gerais, o primeiro desembolso dos recursos da Contribuição está condicionado ao cumprimento, de maneira satisfatória para o Banco, do seguinte requisito:

- (i) que tenha sido assinado e se encontre em vigor o convênio entre o Beneficiário e o Órgão Executor, em termos satisfatórios ao Banco, no qual estejam estabelecidas as responsabilidades e obrigações das partes com relação à execução do Programa.

Quarto. Reembolso de despesas a débito da Contribuição. Com a concordância do Banco, poderão ser utilizados recursos da Contribuição para o reembolso de despesas efetuadas ou o financiamento de despesas efetuadas no Programa a partir de 21 de setembro de 2009 e até a data da entrada em vigor deste Convênio, desde que tenham sido cumpridos requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Convênio.

Quinto. Forma de desembolsos da Contribuição. O Banco fará o desembolso da Contribuição para o Beneficiário na forma descrita no Artigo 3 das Normas Gerais. Para efeito do estabelecido nos incisos (b) e (c) do Artigo 3 previamente mencionado, o montante do fundo rotativo para este Programa será de 20% (vinte por cento) da Contribuição.

Sexto. Prazos. (a) O prazo para a execução do Programa será de 18 (dezoito) meses, contados da data da entrada em vigor deste Convênio.

(b) O prazo para o desembolso dos recursos da Contribuição será de 22 (vinte e dois) meses, contados da data da entrada em vigor deste Convênio. O desembolso dos recursos necessários para pagar o serviço de auditoria a que se refere o Artigo 11 das Normas Gerais deverá ser efetuado dentro desse prazo. Qualquer parte da Contribuição não utilizada dentro desse prazo será cancelada.

(c) Os prazos indicados acima e outros estabelecidos neste Convênio só poderão ser prorrogados por razões justificadas e com a concordância por escrito do Banco.

Sétimo. Custo total do Programa e recursos adicionais. (a) O Beneficiário compromete-se a efetuar oportunamente os aportes requeridos à Contribuição (doravante denominados “Aporte”), para a plena e ininterrupta execução do Programa. O total do Aporte foi estimado no equivalente a US\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares), a fim de completar a soma equivalente a US\$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil dólares), custo total estimado do Programa, sem que estas estimativas reduzam a obrigação do Beneficiário de aportar os recursos adicionais requeridos para a conclusão do Programa.

(b) O Aporte do Beneficiário será de natureza não-monetária e se destinará a financiar as categorias a ele debitadas, estabelecidas no orçamento do Programa que consta do Anexo Único.

Oitavo. Reconhecimento de despesas a débito do Aporte. O Banco poderá

reconhecer como parte dos recursos do Aporte para o Programa as despesas efetuadas ou que vierem a ser efetuadas no Programa a partir de 21 de setembro de 2009 e até a data da entrada em vigor deste Convênio, desde que tenham sido cumpridos requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Convênio.

Nono. Moedas para os desembolsos. O Banco fará o desembolso da Contribuição em dólares ou seu equivalente em outras moedas conversíveis. O Banco, aplicando a taxa de câmbio indicada no Artigo 7 das Normas Gerais, poderá converter essa moeda em outras moedas, inclusive a moeda local.

Décimo. Uso da Contribuição. Os recursos da Contribuição só poderão ser usados para a aquisição de bens e o pagamento de serviços e para a seleção e contratação de consultores dos países membros do Banco. Em consequência, os procedimentos e as bases específicas das licitações ou de outras formas de contratação financiadas com recursos da Contribuição deverão permitir a livre concorrência de fornecedores de bens e serviços e de consultores desses países.

Décimo primeiro. Aquisição de bens e contratação de serviços (conforme definidos na Política GN-2349-7). A aquisição de bens e a contratação de serviços serão feitas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-7 (“Políticas para a aquisição de obras e bens financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento”), de julho de 2006 (doravante denominado “Políticas de Aquisições”), que o Beneficiário declara conhecer e que se obriga a transmitir ao Órgão Executor, e pelas seguintes disposições:

- (i) Licitação Internacional Limitada, para bens e serviços mencionados nos componentes II e III do Programa, de acordo com o previsto no parágrafo 3.2 dessas Políticas; e
- (ii) Comparação de Preços, para bens e serviços cujo custo estimado seja menor que o equivalente a US\$ 100.000,00 (cem mil dólares) por contrato, de acordo com o disposto no parágrafo 3.5 dessas Políticas.

Décimo segundo. Seleção e contratação de consultores. A seleção e contratação de consultores deverão ser feitas de acordo com as disposições estabelecidas no documento GN-2350-7 (“Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento”), de julho de 2006 (doravante denominado “Políticas de Consultores”), que o Beneficiário declara conhecer e que se obriga a transmitir ao Órgão Executor, e pelas seguintes disposições:

(a) O Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, poderá utilizar o método estabelecido na Seção II e nos parágrafos 3.16 a 3.20 das Políticas de Consultores para a seleção de consultores baseada na qualidade e no custo; e qualquer dos métodos estabelecidos nas Seções III e V dessas políticas para a seleção de firmas consultoras e de consultores individuais, respectivamente. Para efeitos do estipulado no parágrafo 2.7 das Políticas de Consultores, a lista curta de consultores cujo custo estimado seja menor que o equivalente a US\$ 200.000,00 (duzentos mil dólares) por contrato poderá ser integrada em sua totalidade por consultores nacionais.

Décimo terceiro. Plano de Aquisições e Contratações. Antes de se fazer qualquer edital de licitação no caso de bens e serviços (conforme definidos na Política GN-2349-7) ou qualquer seleção e contratação de consultores, o Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, deverá apresentar à revisão e aprovação do Banco o Plano de Aquisições e Contratações proposto para o Programa, que deverá incluir o custo estimado de cada contrato, o agrupamento dos contratos e os métodos de aquisição e seleção aplicáveis, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições e de Consultores. Este plano deverá ser atualizado a cada 12 (doze) meses durante a execução do Programa e cada versão atualizada será submetida à revisão e aprovação do Banco. A aquisição de bens e serviços e a seleção e contratação de consultores deverão ser executadas de acordo com o Plano de Aquisições aprovado pelo Banco e suas respectivas modificações.

Décimo quarto. Revisão dos contratos. (a) Salvo determinação em contrário por escrito do Banco, todos os contratos para a aquisição de bens e serviços e para a contratação de consultores serão revistos de forma *ex ante*, de acordo com os procedimentos estabelecidos nos parágrafos 2 e 3 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições e de Consultores.

(b) A revisão *ex post* se aplicará a cada contrato não compreendido no inciso (a) desta cláusula, de acordo com os procedimentos estabelecidos no parágrafo 4 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores.

Décimo quinto. Acompanhamento e Avaliação. (a) O Órgão Executor deverá apresentar ao Banco relatórios semestrais de andamento, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à finalização de cada semestre calendário, os quais deverão incluir, entre outros assuntos, propostas para superar qualquer problema que apareça no desenvolvimento do Programa.

(b) O Órgão Executor compromete-se a colaborar com o Banco e a oferecer-lhe todas as informações que este razoavelmente lhe solicitar a fim de que o Banco possa realizar missões administrativas de acompanhamento; a primeira depois de quatro meses de iniciada a execução do Programa; a segunda quatro meses antes de terminar o prazo de execução do Programa; e a avaliação final após o encerramento do prazo de execução do Programa.

Décimo sexto. Disponibilidade de informações. O Beneficiário compromete-se a comunicar ao Banco, por escrito, dentro de um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste Convênio, se considera alguma parte deste Convênio como confidencial ou delicada, ou que possa afetar negativamente as relações entre o Beneficiário e o Banco ou entre os clientes do setor privado e o Banco, caso em que o Beneficiário compromete-se a indicar as disposições consideradas como tais. De acordo com a política sobre disponibilidade de informações do Banco, este colocará à disposição do público o texto deste Convênio, depois que ele houver sido assinado e entrado em vigor, excluindo somente as informações que o Beneficiário houver identificado como confidenciais, delicadas ou prejudiciais às relações com o Banco na forma indicada neste parágrafo.

Décimo sétimo. Comunicações. Todos os avisos, pedidos, comunicações ou notificações que as partes devam encaminhar-se em virtude deste Convênio serão efetuados por escrito e se considerarão realizados desde o momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário no endereço indicado a seguir, a menos que as partes acordem por escrito de outra maneira:

Do Beneficiário:

Rua Bela Cintra, 847, 14º andar - São Paulo - SP
CEP 01415-903
Fax: (11) 3218-5399

Do Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20577
Fax: (202) 623-3096

Este Convênio, depois de assinado em 2 (duas) vias originais de igual teor por representantes devidamente autorizados, entrará em vigor na data acima indicada.

/a/

José Serra
Governador
Estado de São Paulo

/a/

Leandro Feliciano Alves
Chefe da Divisão de Energia
Banco Interamericano de Desenvolvimento

**NORMAS GERAIS APLICÁVEIS ÀS
COOPERAÇÕES TÉCNICAS NÃO-REEMBOLSÁVEIS**

Artigo 1. Aplicação e alcance das Normas Gerais. (a) Estas Normas Gerais estabelecem termos e condições aplicáveis, de modo geral, a todas as cooperações técnicas não-reembolsáveis do Banco, e suas condições constituem parte integrante deste Convênio. Qualquer exceção a estas Normas Gerais será expressamente indicada no texto das Disposições Especiais.

(b) Se houver incongruência ou contradição entre alguma estipulação das Disposições Especiais ou do Anexo ou dos Anexos e estas Normas Gerais, prevalecerá o previsto nas Disposições Especiais ou no respectivo Anexo. Quando houver incongruência ou contradição entre estipulações das Disposições Especiais e do Anexo, prevalecerá o princípio segundo o qual a estipulação específica prevalece em relação à geral.

Artigo 2. Condições prévias ao primeiro desembolso. (a) O primeiro desembolso da Contribuição está condicionado a que o Beneficiário, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, tenha:

- (i) designado um ou mais funcionários que possam representá-lo em todos os atos relacionados com a execução deste Convênio e feito chegar ao Banco exemplares autênticos das assinaturas desses representantes. Caso sejam designados dois ou mais funcionários, cumpre informar se ambos podem agir individualmente ou se o farão necessariamente em conjunto;
- (ii) apresentado um cronograma para o uso do Aporte;
- (iii) fornecido ao Banco informações da conta bancária especial para o depósito dos desembolsos da Contribuição.

(b) Se, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da entrada em vigor deste Convênio, ou de um prazo mais longo que as partes tenham acordado por escrito, não se cumprirem as condições prévias ao primeiro desembolso estabelecidas neste artigo e nas Disposições Especiais, o Banco poderá rescindir este Convênio, dando ao Beneficiário o respectivo aviso.

Artigo 3. Forma de desembolso da Contribuição. (a) O Banco efetuará o desembolso da Contribuição ao Beneficiário por intermédio do Órgão Executor na medida em que este, de maneira satisfatória para o Banco, o solicitar e justificar as despesas imputáveis à Contribuição.

(b) A pedido do Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor e depois de cumpridos os requisitos estabelecidos no Artigo 2 e nas Disposições Especiais, o Banco poderá constituir um fundo rotativo a débito da Contribuição, que o Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, usará para cobrir as despesas do Programa imputáveis à Contribuição. O Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, informará ao Banco, dentro de 60 (sessenta) dias contados do encerramento de cada semestre, sobre a situação do fundo rotativo.

(c) O Banco poderá renovar total ou parcialmente o fundo rotativo à medida que os recursos sejam utilizados se o Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, assim o solicitar e apresentar ao Banco, de forma que este considere satisfatória, uma discriminação das despesas efetuadas a débito do fundo, juntamente com a documentação comprobatória e uma justificação do pedido. Para a discriminação das despesas serão empregados os itens orçamentários indicados no Anexo A deste Convênio.

Artigo 4. Despesas a débito da Contribuição. A Contribuição será destinada exclusivamente a cobrir os itens alocados a seu débito no orçamento do Programa incluído no Anexo que descreve o Programa. Somente poderão ser lançadas a débito da Contribuição as despesas reais e diretas efetuadas para a execução do Programa. Não poderão ser lançadas despesas indiretas ou serviços de funcionamento geral não incluídos no orçamento do Programa.

Artigo 5. Último pedido de desembolso. O Órgão Executor apresentará, de maneira que o Banco considere satisfatória, o último pedido de desembolso da Contribuição, acompanhado da documentação comprobatória, pelo menos 30 (trinta) dias antes da data em que vencer o prazo de desembolso estabelecido nas Disposições Especiais deste Convênio ou de sua prorrogação acordada por escrito entre as partes. Este último pedido de desembolso deverá incluir a documentação comprobatória para o pagamento dos serviços de auditoria mencionado no Artigo 11 destas Normas Gerais.

Artigo 6. Suspensão e cancelamento dos desembolsos. (a) O Banco poderá suspender os desembolsos ou cancelar a parte não desembolsada da Contribuição se ocorrer alguma das seguintes circunstâncias: (i) o período de desembolsos venceu e parte da Contribuição não foi comprometida nem desembolsada; (ii) o Banco ou o Beneficiário decide terminar o Convênio antes do vencimento do prazo para desembolsos do Programa; (iii) inadimplência por parte do Beneficiário de qualquer obrigação estipulada neste Convênio; (iv) caso seja determinado, em qualquer etapa, que existe evidência suficiente para confirmar uma alegação de que um empregado, agente ou representante do Beneficiário, do Órgão Executor ou do Órgão Contratante, tenha cometido um ato de fraude e corrupção durante o processo de licitação, de negociação de um contrato ou da execução do contrato; e (v) qualquer circunstância que, a critério do Banco, possa tornar improvável a consecução dos objetivos do Programa. Nesses casos, o Banco notificará por escrito o Beneficiário ou o Órgão Executor para que apresente seus pontos de vista no prazo de 60 (sessenta) dias. Se os problemas persistirem depois desse prazo, o Banco informará por escrito ao Beneficiário ou ao Órgão Executor que o saldo não desembolsado da Contribuição do Banco será cancelado 30 (trinta) dias após a data desta última comunicação.

(b) Por força do disposto no inciso (a), as partes convêm em que, caso ocorram no Órgão Executor mudanças institucionais ou organizacionais que, na opinião do Banco, possam afetar a consecução oportuna dos objetivos do Programa, o Banco revisará e avaliará as possibilidades da consecução dos objetivos e, a seu critério, poderá suspender, condicionar ou cancelar os desembolsos da Contribuição.

(c) O Banco poderá cancelar a parte não desembolsada da Contribuição destinada à aquisição de determinados bens, obras, serviços relacionados ou serviços de consultoria, se, a

qualquer momento, determinar que: (i) as aquisições ou contratações foram efetuadas sem a observância dos procedimentos estabelecidos neste Convênio; ou (ii) representantes do Beneficiário, do Órgão Executor ou do Órgão Contratante incorreram em qualquer ato de fraude ou corrupção, tanto durante o processo de seleção de empreiteiro, fornecedor ou consultor como durante a negociação ou a execução do respectivo contrato, sem que, para corrigir a situação, o Beneficiário tivesse tomado as medidas apropriadas e aceitáveis do ponto de vista do Banco e de acordo com as garantias do devido processo previstas na legislação brasileira.

(d) Para os efeitos do inciso anterior, entende-se que os atos de fraude ou corrupção incluem, mas não se limitam, aos seguintes atos: (i) prática corrupta, que consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte; (ii) prática fraudulenta, que é qualquer ato ou omissão, inclusive a tergiversação de fatos e circunstâncias, que, deliberadamente ou por negligência grave, enganem ou tentem enganar qualquer parte para a obtenção de um benefício financeiro ou de outra natureza ou para a evasão de uma obrigação; (iii) prática coercitiva, que consiste em prejudicar ou causar dano, ou ameaçar com prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou a seus bens para influenciar de forma indevida as ações de uma parte; e (iv) prática colusória, que é um acordo entre duas ou mais partes com a intenção de alcançar um propósito indevido, inclusive influenciar de forma indevida as ações de outra parte.

(e) Se ficar comprovado que, de acordo com os procedimentos administrativos do Banco, qualquer empresa, entidade ou indivíduo em representação ou participação de um projeto financiado pelo Banco, inclusive, entre outros, Beneficiário, licitantes, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, solicitantes, consultores, Órgão Executor ou Órgão Contratante (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes), cometeu um ato de fraude ou corrupção, o Banco poderá:

- (i) decidir não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato ou de um contrato adjudicado para bens, serviços relacionados e serviços de consultoria financiado pelo Banco;
- (ii) suspender os desembolsos da Contribuição, conforme disposto no inciso (a) supra destas Normas Gerais, se ficar determinado, em qualquer etapa, que existe evidência suficiente para comprovar uma alegação de que um empregado, agente ou representante do Beneficiário, Órgão Executor ou Órgão Contratante cometeu um ato de fraude ou corrupção;
- (iii) cancelar a parte não desembolsada da Contribuição relacionada com um contrato, conforme disposto no inciso (c) supra destas Normas Gerais, quando existir evidência de que o representante do Beneficiário não tomou as medidas corretivas adequadas em um prazo que o Banco considere razoável e de acordo com as garantias de devido processo estabelecidas na legislação do país do Beneficiário;
- (iv) emitir uma advertência na forma de uma carta formal de censura à conduta da empresa, entidade ou indivíduo;

- (v) declarar uma pessoa, entidade ou empresa não-qualificada, de forma permanente ou por determinado período de tempo, para a adjudicação de contratos no âmbito de projetos financiados pelo Banco, exceto nas condições que o Banco julgar apropriadas;
- (vi) encaminhar o tema às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir as leis; e/ou
- (vii) impor outras sanções que julgar apropriadas dentro das circunstâncias do caso, inclusive a imposição de multas que representem para o Banco o reembolso dos custos de investigação e processo. Estas sanções poderão ser impostas de forma adicional ou em substituição de outras sanções.

(f) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco de acordo com as disposições acima referidas poderá ser efetuada de forma pública ou privada.

(g) O disposto nos incisos (a) e (c) acima não afetará as quantias que o Banco se tenha comprometido por escrito perante o Beneficiário ou o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, a pagar a débito dos recursos da Contribuição a um fornecedor de bens e serviços relacionados ou de serviços de consultoria. O Banco poderá deixar sem efeito o compromisso indicado neste inciso (g) quando determinar, de maneira que lhe seja satisfatória, que ocorreram um ou mais atos de fraude e corrupção a que se refere o inciso (d) deste artigo, com relação ao processo de seleção, à negociação ou à execução do contrato para a aquisição dos referidos bens e serviços relacionados ou serviços de consultoria.

Artigo 7. Taxa de câmbio para programas financiados com recursos expressos em dólares.

(a) Desembolsos:

- (i) A equivalência em dólares de outras moedas conversíveis em que possam ser feitos os desembolsos da Contribuição será calculada aplicando-se, na data do desembolso, a taxa de câmbio vigente no mercado;
- (ii) A equivalência em dólares de reais ou de outras moedas não conversíveis, em caso de programas regionais, em que os desembolsos da Contribuição possam ser feitos, será calculada aplicando-se, na data do desembolso, a taxa de câmbio que corresponda ao entendimento vigente entre o Banco e a República Federativa do Brasil para os efeitos de manter o valor em dólares dos reais ou de outras moedas não-conversíveis, em caso de programas regionais, em poder do Banco
- (iii) Para os efeitos destas Normas Gerais, "real" ou "reais" significa a moeda de curso legal na República Federativa do Brasil.

(b) Despesas efetuadas:

- (i) A equivalência em dólares de uma despesa efetuada em real, ou em outras moedas não-conversíveis, e que se qualifique no todo ou em parte para reembolso com recursos da Contribuição, será calculada aplicando-se ao total da despesa a mesma taxa de câmbio indicada no inciso (a) deste artigo, vigente no dia anterior à data de apresentação de pedido de reembolso ao Banco.
- (ii) A equivalência em dólares de uma despesa paga com recursos diferentes daqueles da Contribuição e para a qual se solicite o reconhecimento a débito da Contribuição ou do aporte local será calculada aplicando-se ao total da despesa a mesma taxa de câmbio indicada no inciso (a) deste artigo, vigente no dia anterior à data da apresentação do pedido de reembolso ao Banco.
- (iii) A equivalência em dólares de uma despesa efetuada em real, ou em outras moedas não-conversíveis, e que seja financiada no todo com recursos do aporte local será calculada aplicando-se a mesma taxa de câmbio indicada no inciso (a) deste artigo, vigente no primeiro dia útil do mês da data do pagamento.
- (iv) A equivalência em dólares de uma despesa paga total ou parcialmente com recursos da Contribuição será calculada aplicando-se ao total da despesa a mesma taxa de câmbio indicada no inciso (a) deste artigo, vigente na data de conversão dos recursos desembolsados na Moeda do Financiamento para o real.

Artigo 8. Taxa de câmbio para programas financiados com recursos em moedas conversíveis diferentes do dólar. (a) Desembolsos. O Banco poderá converter a moeda desembolsada a débito dos recursos do fundo em administração indicado nas Disposições Especiais em:

- (i) outras moedas conversíveis, aplicando a taxa de câmbio vigente no mercado na data do desembolso; ou
- (ii) real ou outras moedas não conversíveis, aplicando, em caso de programas regionais, na data do desembolso, o seguinte procedimento: (A) será calculada a equivalência da moeda do fundo em administração indicado nas Disposições Especiais em dólares, aplicando a taxa de câmbio vigente no mercado; (B) posteriormente, será calculada a equivalência desses dólares em real ou em outras moedas não conversíveis, aplicando a taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos recebidos e expressos na Moeda do Financiamento (moeda conversível) para essa mesma moeda.

(b) Despesas efetuadas

- (i) A equivalência na moeda do fundo em administração indicado nas Disposições Especiais de uma despesa efetuada em moedas conversíveis será calculada aplicando-se a mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados em moeda conversível.
- (ii) A equivalência na moeda do fundo em administração indicado nas Disposições Especiais de uma despesa efetuada em real ou em outras moedas não-conversíveis, em caso de programas regionais, será calculada da seguinte forma: (A) calcula-se a equivalência em dólares da despesa aplicando-se, na data do pagamento da respectiva despesa, a taxa de câmbio que corresponda ao entendimento vigente entre o Banco e a República Federativa do Brasil para os efeitos de manter o valor em dólares dos reais em poder do Banco; (B) posteriormente, calcula-se a equivalência na moeda do fundo em administração indicado nas Disposições Especiais do valor da despesa em dólares, aplicando-se a este a mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados em moeda conversível para essa mesma moeda.
- (iii) Para efeitos das alíneas (i) e (ii) acima, entende-se que a data do pagamento é aquela em que o Beneficiário, o Órgão Executor ou outra pessoa física ou jurídica a que tenha sido delegada a faculdade de realizar despesas efetue o pagamento a favor do empreiteiro, do consultor ou do fornecedor.

Artigo 9. Aquisição de bens e serviços. (a) Com débito à Contribuição e até o montante destinado a tal fim no orçamento incluído no Anexo que descreve o Programa, o Beneficiário poderá, por intermédio do Órgão Executor, adquirir os bens e serviços (diferentes dos de consultoria) previstos no Programa.

(b) Quando os bens e serviços (diferentes dos de consultoria) adquiridos ou contratados para o Programa forem financiados com recursos do Aporte, o Beneficiário utilizará, sendo possível, procedimentos que permitam a participação de vários proponentes e dispensará a devida atenção aos aspectos de economia, eficiência e razoabilidade de preços.

(c) Quando forem utilizadas outras fontes de financiamento que não os recursos da Contribuição nem os do Aporte, o Beneficiário poderá acordar com o financiador o procedimento a ser seguido para a aquisição de bens e serviços. Sem embargo, a pedido do Banco, o Beneficiário deverá demonstrar a razoabilidade tanto do preço pactuado ou pago pela aquisição de tais bens e serviços como das condições financeiras dos créditos. O Beneficiário deverá demonstrar, igualmente, que a qualidade dos bens satisfaz aos requisitos técnicos do Programa.

(d) Durante a execução do Programa, os bens a que se refere o inciso (a) anterior serão utilizados exclusivamente para a realização do Programa.

(e) Os bens compreendidos no Programa serão mantidos adequadamente de acordo com normas técnicas geralmente aceitas em um nível compatível com os serviços que devam prestar.

Artigo 10. Seleção e contratação de consultores. (a) Com débito à Contribuição e até o montante destinado a tal fim no orçamento incluído no Anexo que descreve o Programa, o Beneficiário poderá, por intermédio do Órgão Executor, selecionar e contratar os consultores previstos no Programa.

(b) Além dos requisitos especiais incluídos nas Disposições Especiais, nas Políticas de Consultores e nos respectivos termos de referência, o Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, acorda que os contratos assinados com os Consultores estabelecerão também as obrigações destes de:

- (i) fazer os esclarecimentos ou ampliações que o Órgão Executor ou o Banco julgarem necessários acerca dos relatórios que eles estão obrigados a apresentar, de acordo com os termos de referência estabelecidos em seus respectivos contratos;
- (ii) fornecer ao Órgão Executor e ao Banco as informações adicionais que estes razoavelmente lhes solicitarem em relação ao andamento de seus trabalhos;
- (iii) no caso de consultores internacionais, desempenhar seus trabalhos de forma integrada com o pessoal profissional local designado ou contratado pelo Beneficiário para participar da realização do Programa, a fim de levar a cabo os trabalhos e oferecer um treinamento técnico e operacional a esse pessoal;
- (iv) reconhecer que o Banco retém os direitos autorais, as patentes e quaisquer outros direitos de propriedade intelectual que possam incidir sobre os estudos, trabalhos, materiais, documentos ou outros produtos que são objeto da consultoria, e que a assinatura do respectivo contrato para a prestação dos serviços constitui uma atribuição expressa ao Banco de todos os direitos de propriedade intelectual, inclusive direitos autorais e patentes, que o consultor possa reivindicar com relação aos mencionados estudos, trabalhos, materiais, documentos ou produtos;
- (v) se as Disposições Especiais contemplarem a concessão, por parte do Banco, ao Beneficiário ou Órgão Executor de uma licença para a utilização ou divulgação dos estudos, trabalhos, materiais, documentos ou outros produtos que são objeto da consultoria, essa licença será não-exclusiva, limitar-se-á ao disposto nas Estipulações Especiais e respeitará o disposto no artigo 14 destas Normas Gerais.

Artigo 11. Demonstrações financeiras. (a) Se o prazo de execução do Programa for superior a 1 (um) ano e o montante da Contribuição for superior ao equivalente a US\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil dólares), o Beneficiário comprometer-se-á a apresentar, de maneira que o Banco considere satisfatória:

- (i) Demonstrações financeiras anuais e uma final, relativas às despesas incorridas durante a execução do Programa, efetuadas a débito da Contribuição e do Aporte. Estas demonstrações deverão ser acompanhadas de parecer de auditores independentes aceitáveis para o Banco e de acordo com normas que este considere satisfatórias.
- (ii) As demonstrações financeiras anuais deverão ser apresentadas dentro de 90 (noventa) dias contados da data de encerramento de cada ano de execução do Programa, sendo a inicial no exercício econômico correspondente ao ano financeiro em que os desembolsos da Contribuição tiverem começado, e a final, dentro de 90 (noventa) dias contados da data do último desembolso da Contribuição. Estes prazos só poderão ser prorrogados com o acordo do Banco por escrito.
- (iii) O Banco poderá suspender os desembolsos da Contribuição caso não receba, de maneira satisfatória para ele, as demonstrações financeiras anuais dentro dos prazos estabelecidos na alínea (ii) deste inciso ou da prorrogação desses prazos que houver sido autorizada.

(b) Se o prazo de execução do Programa não ultrapassar 1 (um) ano ou o montante da Contribuição for igual ou inferior ao equivalente a US\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil dólares), o Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, comprometer-se-á a apresentar, de maneira satisfatória para o Banco e dentro dos 90 (noventa) dias seguintes à data do último desembolso da Contribuição, uma demonstração financeira sobre as despesas do Programa efetuadas a débito da Contribuição e do Aporte, acompanhada de um parecer de auditores independentes aceitáveis para o Banco e de acordo com normas também satisfatórias para ele.

(c) As auditorias de que trata este artigo serão efetuadas por uma firma de auditores independentes ou por um auditor independente aceitável para o Banco, de acordo com os termos de referência aprovados pelo Banco (documento AF-400). Os custos de auditoria serão financiados de acordo com o disposto no quadro de custos que consta do Anexo.

Artigo 12. Controle interno e registros. O Beneficiário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, deverá manter um sistema adequado de controles internos contábeis e administrativos. O sistema contábil deverá ser organizado de forma a conter a documentação necessária para a verificação das transações e a facilitação da preparação oportuna das demonstrações financeiras e dos relatórios. Os registros do Programa deverão ser mantidos por um período mínimo de 3 (três) anos depois do último desembolso da Contribuição, de modo a: (a) permitir a identificação das quantias recebidas das diferentes fontes; (b) consignar, em conformidade com o registro de contas aprovado pelo Banco, os investimentos no Programa, tanto com os recursos da Contribuição como com os demais recursos necessários para a sua

completa execução; (c) conter o detalhamento necessário para identificação das obras realizadas, dos bens adquiridos e dos serviços contratados, assim como a utilização das referidas obras, bens e serviços, conforme o caso; (d) que esses documentos incluam a documentação relacionada com o processo de licitação e a execução dos contratos financiados pelo Banco, o que compreende, embora de forma não limitativa, os editais de licitação, os pacotes de propostas, os resumos, as avaliações das propostas, os contratos, a correspondência, os produtos e minutas de trabalho e as faturas, incluindo documentos relacionados com o pagamento de comissões, e pagamentos a representantes, consultores e empreiteiros; e (e) demonstrar o custo dos investimentos em cada categoria e o progresso do Programa.

Artigo 13. Inspecções. (a) O Banco poderá estabelecer os procedimentos de inspeção que julgar necessários para assegurar-se do desenvolvimento satisfatório do Projeto.

(b) O Beneficiário, o Órgão Executor e o Órgão Contratante, conforme o caso, permitirão que o Banco inspecione a qualquer momento o Programa, bem como os equipamentos e materiais correspondentes, e examine os registros e documentos cujo conhecimento considere pertinente. No desempenho dessa tarefa, o pessoal enviado ou designado pelo Banco para o cumprimento deste propósito, como investigadores, representantes, auditores ou peritos, contará com a mais ampla colaboração das respectivas autoridades. Todas as despesas relativas a transporte, salário e demais gastos efetuados com esse pessoal serão pagas pelo Banco.

(c) O Beneficiário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, deverão fornecer ao Banco, se seu representante autorizado o solicitar, todos os documentos, inclusive os relacionados com aquisições, que o Banco possa razoavelmente requerer. Ademais, o Beneficiário, o Órgão Executor e o Órgão Contratante colocarão à disposição do Banco, se lhes for solicitado com razoável antecipação, seu pessoal para que responda às indagações que o pessoal do Banco possa ter em relação à revisão ou auditoria dos documentos. O Beneficiário, o Órgão Executor e o Órgão Contratante, conforme o caso, apresentará os documentos oportunamente, ou uma declaração juramentada na qual constem as razões pelas quais a documentação solicitada não se encontra disponível ou está sendo retida.

(d) Caso o Beneficiário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, se recuse a cumprir o pedido feito pelo Banco, ou de alguma maneira oponha obstáculos à revisão do assunto por parte do Banco, o Banco, à sua inteira discrição, poderá adotar as medidas que considerar apropriadas contra o Beneficiário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso.

Artigo 14. Outros compromissos. O Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, deverá:

- (a) proporcionar aos Consultores e aos peritos e especialistas locais serviços de secretaria, escritórios, materiais, comunicações, transporte e todo apoio logístico que requeiram para a prestação de seus serviços;
- (b) apresentar ao Banco cópia dos relatórios dos Consultores e suas observações sobre eles;

- (c) fornecer ao Banco qualquer outra informação adicional ou pareceres jurídicos que este razoavelmente lhe solicite a respeito da realização do Programa e do uso da Contribuição e do Aporte; e
- (d) manter o Representante do Banco no Brasil informado sobre todos os aspectos do Programa.

Artigo 15. Publicação de documentos. O Beneficiário deverá obter a aprovação prévia e por escrito do Banco para publicar qualquer estudo, trabalho, material, documento ou produto financiado com os recursos da Contribuição, ou para utilizar o logotipo do Banco.

Artigo 16. Supervisão local. Sem prejuízo do acompanhamento dos trabalhos do Programa realizado pelo Órgão Executor, o Banco poderá supervisionar a execução do Programa no local, por meio dos funcionários de sua Representação no Brasil que designar para este fim.

Artigo 17. Alcance do compromisso do Banco. Fica entendido que o fato de conceder a Contribuição não implica compromisso algum de parte do Banco no sentido de financiar, total ou parcialmente, qualquer programa ou projeto que, direta ou indiretamente, possa resultar da realização do Programa.

Artigo 18. Arbitragem. Qualquer controvérsia decorrente deste Convênio que não seja resolvida por acordo entre as partes será submetida, incondicional e irrevogavelmente, ao seguinte procedimento e sentença:

- (a) **Composição do Tribunal.** O Tribunal de Arbitragem será composto por 3 (três) membros, designados da seguinte forma: o primeiro pelo Banco, o segundo pelo Beneficiário e o terceiro (doravante, o “Dirimente”) por acordo direto entre as partes ou por intermédio dos respectivos árbitros. Se as partes ou os árbitros não chegarem a um acordo sobre a escolha do Dirimente, ou se uma das partes não puder designar árbitros, o Dirimente será designado, a pedido de qualquer das partes, pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. Se uma das partes não designar árbitro, este será designado pelo Dirimente. Se algum dos árbitros designados ou o Dirimente não quiser ou não puder atuar ou continuar atuando, proceder-se-á à sua substituição de forma idêntica à indicada para a designação original. O sucessor estará investido das mesmas funções e atribuições de seu antecessor.
- (b) **Início do Procedimento.** Para submeter a controvérsia à arbitragem, a parte reclamante dirigirá à outra parte uma comunicação escrita expondo a natureza da reclamação, a satisfação ou reparação pretendida e o nome do árbitro que designa. A parte que houver recebido essa comunicação deverá, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, comunicar à parte contrária o nome da pessoa que designar como árbitro. Se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega da citada comunicação ao reclamante, as partes não houverem acordado quanto à pessoa do Dirimente, qualquer uma delas poderá recorrer ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, para que este proceda à designação.

- (c) **Constituição do Tribunal.** O Tribunal de Arbitragem será constituído em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, na data em que o Dirimente designar e, uma vez constituído, funcionará nas datas que o próprio Tribunal fixar.
- (d) **Procedimento**
 - (i) O Tribunal só terá competência para conhecer os pontos da controvérsia. Adotará seu próprio procedimento e, por iniciativa própria, poderá designar os peritos que julgar necessários. Em qualquer caso, deverá dar às partes a oportunidade de expor suas razões em audiência.
 - (ii) O Tribunal julgará segundo sua consciência, com base nos termos do Convênio, e proferirá sua sentença mesmo no caso em que uma das partes seja revel.
 - (iii) A sentença será reduzida a termo e adotada com o voto concorrente de pelo menos dois membros do Tribunal. Deverá ser exarada dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da designação do Dirimente, a menos que o Tribunal determine que, por circunstâncias especiais e imprevistas, esse prazo deva ser ampliado. A sentença será notificada às partes mediante comunicação assinada por pelo menos dois membros do Tribunal. As partes acordam que qualquer sentença do Tribunal deverá ser cumprida dentro de 30 (trinta) dias contados da data da notificação, terá efeito executivo e não admitirá nenhum recurso.
- (e) **Custas.** Os honorários de cada árbitro serão cobertos pela parte que o houver designado e os honorários do Dirimente, por ambas as partes em proporção igual. Antes de o Tribunal ser constituído, as partes acordarão quanto aos honorários das demais pessoas que, segundo convenham, entendam que devam intervir no procedimento de arbitragem. Se o acordo não ocorrer oportunamente, o próprio Tribunal fixará a compensação que seja razoável para essas pessoas, levando em conta as circunstâncias. Cada parte pagará as próprias despesas no procedimento de arbitragem, mas as custas do Tribunal serão pagas pelas partes em proporção igual. Qualquer dúvida quanto à divisão das custas ou à forma em que devam ser pagas será resolvida pelo Tribunal, sem direito a ulterior recurso.
- (f) **Notificações.** Toda notificação relacionada com a arbitragem ou a sentença será feita na forma prevista neste artigo. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação.

ANEXO ÚNICO

O PROGRAMA

Programa Eficiência Energética no Estado de São Paulo

I. Objetivo

- 1.01** O objetivo geral do Programa é identificar e desenvolver ações para promover a introdução de medidas e sistemas de eficiência energética e gestão de demanda de energia nos órgãos e entidades públicas no Estado de São Paulo, que por sua vez permitam estabelecer políticas públicas para o uso racional dos recursos energéticos disponíveis.

II. Descrição

- 2.01** Para a consecução dos objetivos do Programa, os seguintes componentes deverão ser desenvolvidos:

Componente I: Sistema de Informação Energética

- 2.02** O objetivo deste componente é elaborar a especificação técnica para o desenvolvimento de um sistema de informação energética para o Estado de São Paulo. Esta especificação tem o objetivo de identificar e detalhar um sistema que atenda às necessidades próprias da Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (SSE), assim como a difusão de informação energética para a sociedade.
- 2.03** O desenvolvimento da especificação do sistema de informação energética deverá ser composto de quatro atividades:
- (i) Diagnóstico dos sistemas de informação de energia na SSE;
 - (ii) Definição da informação necessária, procedimentos de coleta e análise de dados e estudos para sua difusão;
 - (iii) Seleção de bases de dados, mecanismos de validação e classificação da informação; e
 - (iv) Modelo de Entidade e Relacionamento (MER)¹ da base de dados, plataforma para o desenvolvimento de aplicações e infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação).

¹ O MER será definido em função do fluxo atual e futuro do processo de coleta, tratamento e estruturação de dados e informação e da respectiva plataforma tecnológica para sua operação, para a qual se está demandando consultoria especializada.

Componente II: Gestão Energética Municipal

- 2.04** O objetivo deste componente é permitir a redução do consumo de energia elétrica em municípios do Estado de São Paulo, iniciando com um primeiro município-piloto a definir, com a correspondente redução de impactos ambientais e custos energéticos, proporcionando, assim, melhoras nos serviços prestados e o estabelecimento de marcos referenciais de política pública, através da introdução de medidas de eficiência energética nas instalações públicas municipais.
- 2.05** A aplicação de conceitos da atual Gestão Energética Municipal para o Estado de São Paulo será realizada através do desenvolvimento de uma metodologia específica para as condições locais, implantação de medidas em um primeiro município-piloto e a difusão dos resultados obtidos e conceitos estabelecidos aos demais 644 municípios do Estado através de mecanismos de informação adequados.
- 2.06** O desenvolvimento deste componente será composto pelas seguintes atividades:
- (i) Seleção do município piloto²;
 - (ii) Atualização do Manual de Gestão Municipal de Energia;
 - (iii) Formalização do apoio e compromisso do município;
 - (iv) Criação da Unidade Municipal de Gestão de Energia;
 - (v) Sistema de Controle de faturas de energia elétrica;
 - (vi) Desenvolvimento da campanha de promoção;
 - (vii) Avaliação da Situação Atual, com diagnósticos energéticos;
 - (viii) Plano de ação de eficiência energética definido pelos diagnósticos;
 - (ix) Sistema de Avaliação e Difusão;
 - (x) Formalização do Plano de Gestão Municipal de Energia;
 - (xi) Divulgação para o Estado de São Paulo; e
 - (xii) Estabelecimento de parâmetros para novos projetos piloto.

Componente III: Projeto Paula Souza

- 2.07** O objetivo deste componente é identificar, selecionar e implantar projetos de eficiência energética nas Faculdades de Tecnologia (FATECs) e nas Escolas Técnicas (ETECs) dirigidos à capacitação de profissionais e à participação da sociedade. As ações a serem desenvolvidas numa primeira fase envolvem colaboradores, administradores escolares, professores, estudantes e a comunidade, sendo que seus resultados serão compartilhados com outras unidades.

² A seleção do município piloto será realizada com base em um critério de seleção a ser elaborado e aplicado pela SSE especificamente para esta atividade.

2.08 Para alcançar os resultados previstos neste componente se realizará treinamento de professores com profissionais que atuam no mercado de eficiência energética, preparação de material didático, estabelecimento dos parâmetros de uma campanha de promoção (*kit* básico), realização de diagnósticos energéticos e implantação de medidas de eficiência, avaliação de resultados e preparação de um plano de ação para replicação em outras instalações.

2.09 Com recursos alocados a esse componente serão financiadas as seguintes atividades:

- (i) Estabelecimento de vínculos com a Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo;
- (ii) Seleção³ de unidades de ETECs e FATECs;
- (iii) Estruturação de um Grupo de Trabalho e contratação de consultoria;
- (iv) Capacitação;
- (v) Diagnósticos Energéticos, Planos de Ação e Intervenções;
- (vi) Desenvolvimento de promoção;
- (vii) Preparação de materiais;
- (viii) Sistemas de Avaliação e Difusão;
- (ix) Formalização dos Planos de Gestão Energética para as ETECs e FATECs; e
- (x) Divulgação para o Estado de São Paulo.

Componente IV: Preparação de planos de investimento para implantação de projetos de eficiência energética

2.10 O objetivo deste componente é desenvolver propostas de potenciais empréstimos identificados nas atividades dos componentes I a III do presente Programa, com participação e retroalimentação dos principais atores públicos e privados.

III. Custo do Programa

3.01 O custo total estimado do Programa é de US\$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil dólares), dos quais US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares) serão aportados pelo BID com recursos do Fundo SECCI-BID, na modalidade não-reembolsável, e US\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares) serão aportados pelo Beneficiário a título de contrapartida local não-monetária, incluindo apoio logístico, espaço físico e transporte. A distribuição dos recursos por categoria de investimento e fonte de recursos está descrita no quadro abaixo:

³ A seleção das unidades de ETECs e FATECs será realizada com base em critério de seleção a ser elaborado e aplicado pela SSE especificamente para esta atividade.

Custos e Financiamento por Atividade (em US\$)			
TIPO DE GASTO	SECCI	SSE	TOTAL
Componente I: Sistema de Informação Energética			
1.1 Consultoria	195.000		195.000
1.2 Viagens	5.000		5.000
Componente II: Gestão Energética Municipal			
1.1 Consultoria	100.000		100.000
1.2 Equipamentos	100.000		100.000
Componente III: Centro Paula Souza			
1.1 Consultoria	360.000		360.000
1.2 Equipamentos	200.000		200.000
Componente IV: Preparação de planos de investimento para implantação de projetos de eficiência energética.	20.000		20.000
Aporte Local (pessoal de acompanhamento, apoio logístico de mobilização, combustíveis e materiais e equipamento de escritório)		250.000	250.000
Avaliação final e auditoria	20.000		20.000
TOTAL (US\$)	1.000.000	250.000	1.250.000

IV. Execução

- 4.01** O Órgão Executor do Programa será a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (EMAE), que tem entre suas responsabilidades a elaboração de programas e projetos especializados e avaliação periódica de resultados nos setores de Meio Ambiente, Energia e Desenvolvimento Sustentável no Estado de São Paulo.
- 4.02** A EMAE será responsável pela gestão do dia-a-dia do desenvolvimento do Programa. As funções do Órgão Executor no Programa consistem em supervisionar as tarefas e preparar os relatórios de progresso nos quais serão documentadas as atividades realizadas durante os meses precedentes à elaboração desses relatórios. Estes relatórios serão remetidos à Representação do BID no Brasil (CSC/CBR) para análise e aprovação.
- 4.03** O Órgão Executor será responsável, ainda, pela seleção, contratação e supervisão dos consultores, assim como pela gestão e contratação de outros serviços e compra de equipamentos, de acordo com os correspondentes procedimentos do BID e com seu apoio direto quando necessário.
- 4.04** A Divisão de Energia (INE/ENE) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em coordenação com a Representação do BID no Brasil (CSC/CBR) e com o apoio da equipe de projeto farão a administração técnica do Programa.

V. Acompanhamento e Avaliação

- 5.01** A responsabilidade principal no monitoramento da operação durante seu desenvolvimento ficará a cargo do escritório de Representação do BID no Brasil

(CSC/CBR), com o apoio da equipe de projeto da Divisão de Energia do Departamento de Infraestrutura e Meio Ambiente do BID (INE/ENE).

- 5.02** Durante a execução do Programa serão realizadas duas missões administrativas e técnicas a fim de avaliar o progresso das tarefas, em íntima cooperação com as instituições locais envolvidas no Programa. Como resultado destas missões serão promovidas as modificações que resultem necessárias a fim de cumprir com os requerimentos do Programa.
- 5.03** Os relatórios semestrais de progresso do Órgão Executor deverão conter propostas para superar qualquer problema que apareça no desenvolvimento do Programa. Estes relatórios serão independentes daqueles a serem preparados pelos consultores contratados para executar as tarefas previstas na operação.
- 5.04** O Órgão Executor será responsável pela supervisão das tarefas dos diferentes consultores e determinará se as mesmas foram feitas de acordo com os respectivos Termos de Referência, assim como se cumpriram com as datas estabelecidas de apresentação dos relatórios.
- 5.05** Ao final da execução do Programa será realizada uma avaliação e uma auditoria final através de consultorias independentes contratadas pelo Órgão Executor.